

Assessoria política e seu caráter formador: uma nova frente de atuação para o profissional de secretariado executivo?¹

Policy advisory and its trainer character: a new front of practice for the executive secretariat professional?

*Beatriz Ribeiro Machado²
Rennan Lanna Martins Mafra³*

RESUMO: Este trabalho objetiva mostrar uma nova frente de atuação para o profissional de secretariado executivo através da área de Assessoria, por meio da criação de um modelo de análise, voltado a expressar as principais características de um processo de assessoramento em espaços formais de participação política. Os principais resultados do modelo proposto evidenciam a necessidade de superação do paradigma de uma assessoria puramente técnica para a produção de uma assessoria aqui chamada de reflexiva, que tenha caráter formador.

ABSTRACT: This paper aims to demonstrate a new head of action for the executive secretary through the advisory area, with the establishment of an analysis model, made to express the main characteristics of an advisory process in political participation formal fields. The main results of the proposed model shows the need to overcome the paradigm of a purely technical advisory for the production of a so called reflexive advisory with a trainer character.

1 Esse artigo é parte dos resultados da pesquisa de iniciação científica desenvolvida no âmbito do Projeto *Democracia e Desenvolvimento em Dinâmicas Campo-Cidade: meios de vida de comunidades rurais junto à Política Pública de Desenvolvimento Rural Sustentável de Viçosa-MG*, financiando pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gérias (Fapemig).

2 Mestranda em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: beatrizribeiro.ufv@gmail.com

3 Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: rennan.mafra@gmail.br

PALAVRAS-CHAVE: Assessoria. Participação. Secretariado.

KEYWORDS: Advisory. Participation., Secretarial Science.

I. INTRODUÇÃO

O propósito central desse trabalho é investigar possibilidades para a construção de um modelo de análise de assessoria política a sujeitos periféricos em espaços formais de participação pública. Tal propósito faz coro a um dos principais desafios acerca da aproximação entre democracia e contextos periféricos: auxiliar sujeitos parcialmente excluídos da formulação de políticas públicas ou das decisões que afetam seus cotidianos junto a um efetivo processo de participação em uma arena decisória formal. Em relação às discussões ora propostas e ao campo do secretariado executivo, pode-se dizer que existe tanto uma aproximação natural dos problemas de assessoramento com os dilemas e desafios da área, quanto também há certo distanciamento das atuais discussões produzidas pelo Secretariado com temas e problemas dessa natureza.

Ao verificar os estudos relacionados ao tema nos últimos anos, é possível categorizar duas grandes abordagens nas quais em uma temos o estudo do profissional de secretariado e suas competências (CASANOVA *et al.* 2015; NONATO JUNIOR, 2009), assim como a busca por uma maior qualificação na área secretarial (ALMEIDA, 2010; MARTINS, 2010), porém visualizando o campo empresarial como o de maior empregabilidade (BARROS, 2013). E em uma segunda categoria, ao considerar uma busca por conteúdos ligados ao campo da assessoria, identificou-se uma defasagem de bibliografias que dialoguem sobre o tema, encontrando, *a priori*, um recorte temporal sobre a profissão (OLIVEIRA e NONATO JUNIOR, 2010) em forma de resumo expandido. Entretanto, no ano de 2015, na cidade de Porto, Portugal, durante o X Congresso Internacional de Secretariado e Assessoria (CISA), foi possível encontrar pares que reflitam sobre a competência desse profissional como assessor (SANTOS *et al.* 2015; VIANA, 2015; RIBEIRO e MAFRA, 2015), mostrando que esta área tem grande potencialidade de expansão.

A literatura referente aos modelos de assessoria e as reflexões sobre a desigualdade social, especialmente na esfera formal, foram muito importantes para a construção do referencial conceitual e do modelo de análise ora proposto como resultado das inquietações levantadas. Em linhas gerais, como será visto adiante, os estudos sobre assessoria (MATOS; BRAVO, 2006) e (COELHO, 2005) apontam para uma mudança no paradigma da assessoria, construída com o intuito de promover dependência, em que o oprimido (FREIRE, 1987) é desmotivado a estar presente nos ambientes decisórios devido ao grau de normatizações presentes nesta esfera. Outros estudos, como de Boaventura de Sousa Santos (2007), apontam não apenas a necessidade de que arenas mais democráticas sejam criadas, mas para

que as diferenças dos variados sujeitos sejam consideradas, adaptando estas políticas às culturas e aos costumes locais.

Por tudo isso, algumas questões se tornaram norteadoras: qual o problema da emancipação e da assessoria em contextos democráticos que trazem desafios de aprimoramento a uma prática pública participativa em contextos de subcidadania? É possível a existência de uma assessoria política desempenhada em espaços formais de participação idealizada pelo profissional de secretariado capaz de aprimorar uma prática pública decisória, sobretudo em contextos de desigualdade?

Estes questionamentos são necessários em decorrência do tradicional processo de assessoramento, em que há oferta de um material técnico competente, de uma assessoria personalizada e de uma espécie de valorização do conhecimento da assessoria e da ciência secretarial como mão de obra às empresas, instituições e grupos, porém, não há sentido quando pensamos uma assessoria apenas em termos técnicos, inserindo o sujeito tecnicamente nesta arena, afinal, trata-se de uma assessoria que busca a não dependência e seria uma incoerência adotar tal postura. Sendo assim, uma assessoria que não gera troca de saberes pode, inclusive, colaborar com esse processo de naturalização da desigualdade e de ocupação de um lugar social periférico dessa parcela da sociedade.

I.1. ACESSORIA E O SECRETÁRIO EXECUTIVO

Ao refletir sobre as competências e habilidades que o profissional de Secretariado Executivo adquire no decorrer de sua formação, pode-se afirmar que esta área tem total domínio das técnicas de assessoramento tanto a grupos quanto a pessoas, com eficiência e grande poder decisório e gerencial, porém, muitas vezes, esta habilidade é desperdiçada na esfera puramente organizacional privada, ignorando este novo campo de atuação e de mudança de paradigmas sociais que a assessoria política e reflexiva pode oferecer à sociedade.

A evolução histórica da profissão de Secretariado Executivo mostra o empenho dos profissionais em buscar o reconhecimento no mercado de trabalho como assessores gerenciais, papel importante nas instituições no cenário atual. Com as mudanças ocorridas nas teorias organizacionais e na administração de empresas, o Secretário Executivo tem encontrado um espaço privilegiado na assessoria executiva, o que leva a uma atualização também do seu perfil profissional (BÍSCOLI e LOTTE, 2006).

O secretário executivo, detentor de uma formação particularmente voltada para o ambiente burocrático e organizacional, reúne diversas qualidades facilitadoras que possibilitam uma assessoria política de qualidade.

Visão generalista, com técnicas, intelectuais, relacionais, sociais, políticas e de liderança. Tem também habilidades

de aplicação de novas tecnologias de informação em diferentes funções gerenciais, além de pensamento estratégico, comunicação eficaz, iniciativa, criatividade, flexibilidade, autonomia, senso ético e compreensão do meio social político, econômico e cultural. (SCHUMACHER, A. J.; PORTELA, K. C. A. & PEREIRA, S. A. 2010. p.5).

Para isso, a análise reflexiva do conceito de assessorar deve ser acoplada ao dia a dia deste profissional, que atua naturalmente na tradução dos interesses de indivíduos que necessitam da compreensão das alternativas possíveis referentes a tomadas de decisão, tanto em ambientes formais quanto informais.

Nesta proposta de atuação para o Secretariado Executivo, adota-se um olhar social crítico ligado à compreensão das atividades dialógicas, essenciais para a compreensão das necessidades do cidadão, conjunto ao olhar administrativo e de gestão que a profissão possibilita, promovendo, assim, uma interpretação e uma mediação das necessidades e possibilidades de resolução de problemas, tanto da sociedade quanto das instituições.

Sendo assim, nota-se necessidade de uma maior absorção deste profissional na esfera pública. Em ambientes deliberativos formais, por exemplo, que concebemos como objeto de pesquisa deste trabalho, os Conselhos Municipais tomam decisão de grande relevância para a sociedade como um todo. Sendo assim, o profissional de secretariado pode atuar no auxílio tanto aos conselheiros quanto às instituições, promovendo uma troca de conhecimentos no âmbito político e social, transformando a realidade destas arenas de maneira consciente sem perder seu caráter formador e com foco na independência dos assessorados.

Destarte, esse trabalho tem como objetivo geral problematizar processos de assessoramento a sujeitos periféricos em contextos democrático-participativos junto à construção de políticas públicas. Como objetivos específicos, pretende-se refletir sobre processos de assessoramento que se baseiem em princípios dialógicos e libertários bem como identificar aspectos para a construção de um modelo de análise que possa contribuir para o rompimento de um processo de desigualdade e de subcidadania, fortalecendo a participação dos sujeitos em espaços democráticos efetivos, capazes de considerar tais sujeitos como sujeitos políticos autônomos.

Para isso, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, que orientou tanto a escolha das bases teóricas gerais do trabalho quanto a posterior construção dos resultados, expressos pelo modelo de análise. Sendo assim, nesse momento, optou-se não pela realização de uma pesquisa empírica, mas pelo investimento numa discussão teórica que pudesse inspirar pesquisas e trabalhos futuros, dada a carência de reflexões dessa natureza.

2. DA ASSESSORIA TÉCNICA À ASSESSORIA FORMADORA.

Ao refletir sobre a atual concepção de assessoria, nota-se o caráter técnico a que ela é submetida, visando sempre à maximização do poder daqueles que detêm o conhecimento necessário para transitar em arenas políticas e administrativas, demonstrando a falta de interesse na busca por construção do conhecimento e solução conjunta de problemas apontados pela sociedade através de uma assessoria de caráter formador e dialógico.

Ao propor uma assessoria formadora, Maurílio Matos (2006) e Ana Maria Vasconcelos (1998) abordam um olhar técnico da assessoria, porém, com foco na mudança e na participação coletiva, compreendendo a importância pautada na construção do conhecimento, assim como France Coelho (2005) busca a concepção de uma não hierarquização do conhecimento científico, compreendendo sua importância, porém, sem marginalizar a construção coletiva.

Matos (2006) define o conceito de assessoria como a ação do profissional que tem conhecimentos específicos em uma determinada área, tomando esta realidade como objeto de estudo ao deter uma intenção de mudança em direção a ela. Portanto, o assessor, segundo ele, não deve ser aquele que intervém, mas alguém que propõe caminhos e estratégias para as pessoas ou grupos que assessoria, tendo este a autonomia de acatar ou não suas sugestões, não gerando uma concepção tecnicista da atividade de assessorar, tampouco gerando dependência por parte de seus assessorados. Podemos refletir o conceito de assessoria através dos autores:

Não há dúvidas de que o assessor exerce um papel de intelectual, que pode estar ideologicamente vinculado a uma proposta de assessoria que vise à emancipação das classes trabalhadoras ou dominação destas classes por meio da busca de uma assessoria que vise à maximização dos lucros e/ou à redução da esfera pública. (MATOS; BRAVO, 2006, p.20).

Faz-se muito importante a clareza do conceito de assessoria, não como uma forma de supremacia, ao contrário, “para que não caiamos no modismo e neguemos outras ações profissionais também importantes, como o trabalho com comunidades, com movimentos sociais e a importância da supervisão de programas e de profissionais.” (MATOS, 2006 p.5).

Sendo assim, frequentemente, as demandas por assessoria são solicitadas para a “orientação de projetos”, de “palestras”, cursos em diferentes temáticas, estudo de técnicas, entre outros, especialmente na área de conhecimento, a qual estamos analisando. Neste caso, cabe ao assessor, profissional de secretariado, explicitar o conjunto complexo de dificuldades que norteiam aquelas solicitações, analisando a realidade da equipe para então oferecer uma proposta que enriqueça seu conteúdo teórico, técnico e político, inicialmente através de uma reflexão profunda da realidade tra-

balhada. É o contato constante com a equipe e seus objetos que possibilita ao assessor a construção das condições de projetar e realizar sua tarefa, apontando possibilidades, limites, alternativas e viabilização do projeto. (VASCONCELOS, 1998).

Ao analisar as funções que o assessor deve desempenhar como agente formador, a autora considera que a principal atividade do assessor é possibilitar instrumentos que promovam o desvelamento do movimento da realidade social, oculto, muitas vezes, pelo movimento cotidiano das relações sociais, o que faz parecer uma possível inexistência de quaisquer alternativas e possibilidades de ação profissional, minimizando sua importância e sua atividade.

A temática de assessoria não tem sido muito abordada pelos estudiosos da área de ciências humanas e sociais, tampouco pelos profissionais de Secretariado, o que gera desvalorização da área e uma quase inexistência de publicação de material teórico sobre o tema, segundo Matos (2006). O pouco conteúdo existente está publicado no campo da administração, com foco totalmente voltado para a maximização de lucros em empresas, de maneira puramente técnica.

Entretanto, Matos (2009) reconhece que, a partir de 1990, a assessoria tem sido amplamente utilizada nas políticas públicas brasileiras como estratégia de aperfeiçoamento, o que, para a área de Secretariado, pode se apresentar como uma nova oportunidade de mercado e ciência. Estas ações são desenvolvidas em diversas regiões, por diversos profissionais, muitas vezes pouco capacitados, e com quase nenhum suporte bibliográfico específico para a área.

Se o processo de assessoria requer constante investigação por parte dos profissionais que prezam pela qualidade de sua ação profissional, por outro lado, requer investigação, tanto em relação ao conhecimento produzido sobre o tema trabalhado, quanto às questões objetivas do trabalho, que demandam investigações originais por parte da assessoria, como pontua a autora.

Os processos de assessoria são também solicitados tanto por uma equipe como por indicação externa, mas neles nos deparamos com uma realidade diferente. As assessorias são solicitadas ou indicadas, na maioria das vezes, com o objetivo de possibilitar a articulação e preparação de uma equipe para a construção do seu projeto de prática por meio de um *expert* que venha assisti-la teórica e tecnicamente. (VASCONCELOS, 1998, p. 17).

O assessor tem como uma de suas características a estruturação de estratégias a serem implementadas, direcionando-as a uma equipe ou a um sujeito, ao qual assessora. Para isso, ele deve ser alguém capaz

de, com base na análise da realidade, apresentar projetos e estratégias factíveis de serem realizadas (MATOS, 2006). Porém, seu foco não deve ser apenas na construção do conhecimento, ele deve priorizar o esforço em não gerar dependências e promover de alguma forma a emancipação dos grupos sociais por ele assistidos.

Analisando esta temática, a autora Coelho (2005) afirma que as diferentes técnicas surgiram da criação humana de uma aprendizagem ligada à socialização entre os homens em suas relações uns com os outros, e deles com a natureza. Por isso, o conhecimento técnico permitia a reprodução de um conhecimento já adquirido com a possibilidade de inovações daqueles que dominavam determinada técnica. Percebe-se ser a ideia um conceito de afirmação e aprimoramento das técnicas e do conhecimento. Porém, com o advento da modernidade, o domínio de uma determinada técnica desponta como algo além da produção de conhecimentos e inovações. A técnica, unida à desigualdade, se tornou uma forma de dominação daqueles que a têm sobre os outros que não têm acesso, “principalmente quando a competência técnica é a base da diferenciação social e da autoridade incorporada por um longo processo de formação escolar ou institucional, que se dá por meio da socialização intencionada, com vistas ao credenciamento formal que autoriza certo poder.” (COELHO, 2005. p.55).

Inicia-se neste momento a marginalização do conhecimento adquirido ou aprimorado e uma supervalorização da formação escolar que se limita ao meio acadêmico e científico como sendo o único gerador de conhecimento, trazendo desigualdade e discriminação àqueles que não tiveram acesso aos bancos acadêmicos. Esta é uma importante ferramenta social, porém, a participação social pode engrandecer a ciência, assim como a ciência engrandece o meio social, bastando equalizá-las.

Desta forma, compreende-se a importância de uma assessoria conjunta ao método de participação coletiva, pois, sem isso, o trabalho torna-se uma simples transferência de conhecimentos de alguém que se pretende sábio para outro que se julga ignorante, caracterizado pelo tecnicismo, ou seja, o olhar de um profissional que apenas visa a soluções técnicas e tecnológicas, sem envolvimento ou compreensão da realidade local e das relações sociais, ignorando o fato de que, através deste olhar, é possível encontrar soluções e alternativas, ainda que não convencionais, para os problemas levantados sobre o tecnicismo dos profissionais que assessoram.

Esse profissional desconhece o que é uma postura democrática, mesmo quando afirma que considera todos os seus clientes, grupos ou classes sociais, como iguais. Na realidade, ele reforça as desigualdades, pois trata como iguais aqueles que não o são. Não é capaz de reconhecer as diferenças para

melhor definir processos pedagógicos apropriados a cada condição social e cultural. (COELHO, 2005. p.57).

Dadas estas evidências, a orientação profissional, a que denominamos assessoria, pode ser científica e técnica, sem necessidade de ser tecnicista ou politicamente alienada, descontextualizada ou autoritária, como nomeia Coelho (2005). Afinal, sabe-se que todo conhecimento tem uma importância e uma razão social para sua existência, e a técnica pode cumprir a função de humanização do homem, tornando-o capaz de existir de maneira autônoma e digna. Porém, esta proposta não implica somente processo dialógico entre técnicos e assessorados, mas parte do princípio de que o outro tem habilidades e competências distintas das portadas pelo profissional, sendo indispensáveis para uma construção pedagógica de projetos de vida.

Pode-se, então, notar que não há na definição de assessoria um atrelamento à concepção teórica ou metodológica do trabalho e atividades a serem desempenhadas pelo profissional. Naturalmente, este trabalho não passa por uma neutralidade, considerando que, muitas vezes, o papel do assessor se adapta aos interesses institucionais, enquanto outros tratam esta assessoria como um espaço de interlocução para a garantia de direitos através do aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido (MATOS, 2006).

Repensando o papel do assessor, Coelho (2005) pontua que o tecnicismo normatiza as relações sociais entre os profissionais e seus assessorados, assim como as relações entre os mais distintos agentes sociais em determinadas esferas sociais de participação. Sem atitudes como a troca de saberes e a construção conjunta de soluções, uma simples orientação, embasada no tecnicismo, gera graves processos de desagregação.

Por isso, pode-se dizer que, em uma sociedade detentora de tão grandes desigualdades sociais como a nossa, o trabalho do assessor adquire aspectos extremamente delicados, que exigem do profissional um constante questionamento acerca de suas ações, como são executadas e se levam à inclusão ou à exclusão social dentro dos modelos de participação ofertados pelo Estado.

O conceito de assessoria proposto neste trabalho deverá se constituir de um caráter formador, através de diálogos horizontalizados, flexíveis e que reflitam a realidade dos indivíduos, sendo estes diálogos desprovidos de níveis hierárquicos em que um sujeito se sobrepõe a outro por um ou outro motivo ao se colocar no papel de detentor do conhecimento e gerar qualquer tipo de dependência. Este sujeito deverá agir como um mediador, buscando auxiliar a sociedade no que se refere aos seus direitos e tornando a esfera participativa cada dia mais instigante aos que dela fazem parte, logo, enriquecendo o processo decisório e a sociedade.

Segundo Freire (1979), na medida em que o compromisso se

torna algo prático, de reflexão e ação sobre a realidade, ele implica inexoravelmente o conhecimento da realidade. Quando o compromisso é válido através do humanismo⁴, ele está, também, fundado cientificamente. Envolto no compromisso profissional, seja ele qual for, concomitantemente estão seu aperfeiçoamento e a superação do especialismo. O profissional precisa ampliar seus conhecimentos em torno do homem, de sua forma de ser no mundo, substituindo a visão romântica e ingênua de realidade por uma visão crítica.

Arendt (2010, p.4) afirma que, se comprovada a separação entre o conhecimento técnico e o pensamento, nós nos tornaríamos “escravos indefesos, não tanto de nossas máquinas quanto de nosso conhecimento técnico, criaturas desprovidas de pensamento, à mercê de qualquer engenhoca tecnicamente possível, por mais mortífera que seja”. Desta forma, sendo este um desafio ao Secretariado Executivo, a importância de uma humanização do profissional que trabalha com a assessoria, tanto a grupos quanto a indivíduos, se dá através de um trabalho reflexivo, pautado em uma via dupla de produção do conhecimento.

O compromisso, portanto, de um profissional que assessora, seguindo a linha de Paulo Freire (1979), necessita vislumbrá-la sob uma ótica crítica, não podendo ser o compromisso do profissional que minimiza ou esquece o homem, dado seu avanço técnico, pensando, ingenuamente, que existe um dilema entre humanismo e tecnologia, ignorando o óbvio: eles não se excluem.

Freire (1979) também reflete sobre esta valorização de profissionais meramente técnicos e que tendem a reduzir o senso crítico e a percepção social do indivíduo, eximindo assim a possibilidade de construção em conjunto.

Não devo julgar-me, como profissional, “habitante” de um mundo estranho; mundo de técnicos e especialistas salvadores dos demais, donos da verdade, proprietários do saber, que devem ser doados aos “ignorantes e incapazes”. Habitantes de um gueto de onde saio messianicamente para salvar os “perdidos”, que estão fora. Se procedo assim, não me comprometo verdadeiramente como profissional nem como homem. Simplesmente me alieno. (FREIRE, 1979 p.10).

O autor reflete sobre o papel e compromisso social desempenhado por trabalhadores humanizados que tenham como objetivo a busca por um senso crítico e libertador dos indivíduos. O seu espaço de atuação deve

⁴ Paulo Freire (1979) não entende por humanismo as áreas ligadas à arte, erudição ou formação aristocrática, tampouco o ideal de abstrato de um bom homem. O humanismo é um compromisso que se orienta pela transformação do homem em buscar ser sempre mais.

ultrapassar hierarquias e técnicas, sendo repleto de responsabilidades e constante aprendizado, unido a uma reflexão contínua dos próprios papéis. O trabalhador social, segundo Freire (1979), deve se ater ao fato de que a estrutura social é obra dos homens, logo, sua transformação também será obra dos homens. Portanto, eles deverão ser sujeitos e não objetos deste processo de mudança. Para isso, esta “tarefa lhes exige, durante sua ação sobre a realidade, um aprofundamento da sua tomada de consciência da realidade, objeto de atos contraditórios daqueles que pretendem mantê-la como está e dos que pretendem transformá-la.” (FREIRE, 1979).

O processo de mudança, ainda segundo o autor, não poderá ser imparcial, pois o trabalhador social, como homem, deve fazer uma opção. Ou adere à transformação e à mudança que busca o sentido da verdadeira humanização do homem, ou se mantém a favor da permanência. Isto, porém, não significa que o indivíduo deva impor sua opção aos demais no decorrer de seu trabalho pedagógico, pois, se ele trabalha desta forma, ainda que em busca da libertação do homem e sua humanização, está seguindo uma linha contraditória e manipuladora. Conclui-se que as escolhas feitas pelo profissional de Secretariado Executivo determinarão tanto seu papel como seus métodos e suas técnicas de ação.

É uma ingenuidade pensar num papel abstrato, num conjunto de métodos e técnicas neutras para uma ação que se dá entre homens, numa realidade que não é neutra. Isso só seria possível se fosse possível um absurdo: que o trabalhador social não fosse submetido como os demais aos mesmos condicionamentos da estrutura social, que exige dele, como os demais, uma opção frente às contradições constitutivas da estrutura. (FREIRE, 1978 p.26 e 27).

Portanto, para ele, o papel do formador que opta por uma não mudança de fato gera uma falta de interesse pela reflexão e desenvolvimento do raciocínio crítico do sujeito sobre sua ação em relação à percepção da realidade. No momento em que o indivíduo, buscando a reflexão, percebe a estrutura em que está inserido, sua percepção muda, ainda que não seja a mudança de toda a estrutura. Porém, para ele, só a mudança da realidade, algo antes considerado imutável, significa a esses indivíduos vê-la como de fato é: uma realidade humana, histórica e com possibilidade de ser transformada.

A percepção ingênua da realidade, aquela com características fatalistas, dá lugar a uma percepção capaz de se ver; e quando o homem é capaz de perceber-se, enquanto percebe também uma realidade que outrora lhe parecia inexorável, é capaz de objetivá-la, descobrindo toda sua possibilidade transformadora. O fatalismo cede lugar a uma esperança crítica, capaz de mover os homens à transformação.

Por isso, conclui Freire (1979), a mudança não é trabalho a ser desempenhado por alguns homens, mas por todos que a escolhem. A assessoria envolve em um caráter formador carrega consigo dever de lembrar a estes homens que todos têm a mesma responsabilidade no processo de transformação social e perante quaisquer obstáculos, o trabalhador social não deve reforçar o estado de objeto que se encontra, mas problematizar este estado.

O momento histórico que vivemos, especialmente para o secretariado executivo que se expande no mercado, exige de seus profissionais uma séria reflexão sobre sua realidade em decorrência de sua constante transformação, da qual resulta sua inserção nela. “Inserção essa que, sendo crítica, é compromisso verdadeiro. Compromisso com os destinos do país. Compromisso com seu povo. Com o homem concreto. Compromisso com o ser mais deste homem.” (FREIRE, 1979 p.13).

O papel do formador não é mostrar ao povo sua ideia de mundo, muito menos tentar impô-la a eles, mas dialogar sobre suas causas. É preciso convencer-se de que a sua visão de mundo, refletida em ações, reflete sua situação no mundo em que se está inserido. É necessário conhecer a realidade do outro, dialogar com ela de maneira igualitária, para, enfim, produzir benefícios e aprimorar sistemas que pretendem ser participativos.

3. MODELO DE ANÁLISE: ASSESSORIA POLÍTICA EM CONTEXTOS FORMAIS DE DELIBERAÇÃO.

Este trabalho, ao abordar temáticas relacionadas a um modelo atual de assessoria com foco no profissional de secretariado executivo, pretende desenvolver um novo olhar sobre a atividade de assessorar, considerando as práticas dialógicas e a comunicação como os meios para alcançar este objetivo, vislumbrando uma teoria de redução da normatização nas esferas públicas, com intuito de maximizar o acesso e a participação popular, sendo promovida pelo Secretariado. Através desta linha de raciocínio, algumas disparidades entre o tecnicismo desempenhado por alguns profissionais de assessoria e a possibilidade de uma humanização da profissão foram levantadas, provocando uma reflexão sobre o real papel que este formador deverá assumir perante a sociedade.

Para tanto, faz-se necessário tomar a complexidade da estrutura social, pois, se não compreendermos o seu dinamismo e a sua estabilidade, não será possível obter uma visão crítica. Não existe uma estrutura puramente estática, assim como não existe uma estrutura puramente dinâmica, segundo Freire (1979). Nota-se que é o assessor quem deve incorporar o papel de mediador, pois, caso a caso, deve ser considerado.

A Tabela 1 sumariza os conceitos abordados neste trabalho com algumas características presentes no profissional de assessoria, contrapondo a visão técnica à visão política de caráter formador, que é proposta neste

trabalho. Nesse sentido, as características presentes nesta tabela consolidam um paralelo, que vem sendo traçado ao longo desta discussão, entre as formas de ação da assessoria tradicional e as novas questões e necessidades que emergem desta prática, considerando uma visão crítica, construída segundo o referencial teórico deste trabalho.

Tabela 1: Tabela de Diferenciação entre os Tipos de Assessoria.

Assessoria Clássica	Assessoria de caráter Formador
Entrega de respostas prontas	Constante busca por perguntas
Entrega de produto finalizado	Construção conjunta de conteúdo
Assessor	Formador
O conflito é uma ameaça	O conflito é construtivo
Imposição	Tradução
Dependência	Emancipação
Atua pelo conhecimento	Atua pela experiência com o outro

Fonte: Elaboração própria.

A assessoria técnica se baseia em sujeitos tecnicamente preparados, intelectualizados pelos demais, porém, tem um caráter descontínuo e de dependência, enquanto a assessoria política de caráter formador se baseia em diálogos e nas práticas dialógicas junto à sociedade, sendo consideradas suas peculiaridades. E, como afirma Freire (1987, p 96), no livro *Pedagogia do Oprimido*, não existe na teoria dialógica da ação “um sujeito que domina pela conquista e um objeto dominado”. Para Freire (1987, p. 96), na verdade, “existem sujeitos que se encontram para a pronúncia do mundo para a sua transformação”, sendo esta compreensão essencial na formação de uma assessoria que pretende gerar maior autonomia dos assessorados, pois o contrário traria maior dependência, reforçando um ideal excludente.

Logo, enquanto a assessoria técnica busca a simples entrega de respostas prontas, isto é, o emprego da técnica para a entrega de produtos já finalizados, o assessor político, consciente de sua importância na conquista da autonomia dos cidadãos assessorados, busca por questionamentos junto à sociedade, junto a agrupamentos, tendo uma identidade dessas práticas dialógicas na construção conjunta de soluções, saindo de sua zona de conforto e buscando a fundo as lacunas que a sociedade tem. Problematicando questões do cotidiano do cidadão, mas também instruindo sobre os caminhos possíveis para a resolução destes problemas, auxiliando na inserção e domínio deste indivíduo sobre a sociedade burocrática em que vivemos, em especial, em esferas formais.

Portanto, o assessor tradicional, que auxilia na obtenção e maxi-

mização de lucros e resultados, não tem a característica que uma assessoria reflexiva e construtiva, sobretudo, sob uma ótica mais humanizada e menos tecnicista, tendo o assessor um papel de mediador ou facilitador. Ele não deve interferir tendenciosamente, não deve criar dependência daqueles que o assessoram, ele irá desempenhar um papel mais complexo, como exemplifica Vasconcelos (1998).

Nesses processos, a relação estabelecida entre assessores/consultores e profissionais, longe de repetir o modelo tradicional pautado numa relação hierarquizada e de subordinação, comum não só na docência, mas na prestação de serviços assistenciais, reclama uma participação efetiva de todos os envolvidos. (VASCONCELOS, 1998, p.126).

Em um sujeito, caracteriza-se a predominância de elementos praxiológicos, caracterizados pelas tendências enraizadas na formação do indivíduo, que se coloca como detentor do conhecimento, aquele que apenas executa com base em sua técnica e conhecimento. No outro, prevalecem as características epistemológicas e de reflexão constante, acopladas ao sentimento de pertencimento àquela situação, seguida da busca, junto aos afetados, em prol da viabilização de alternativas para o avanço nas estruturas sociais.

Naquele, está presente o conflito erguido em elementos de interesses particulares, a busca pela maximização de benefícios, o envolvimento apenas profissional e financeiro; neste, existe o conflito construtivo com vistas a um resultado que leve ao benefício da sociedade como um todo, pensando no crescimento não apenas próprio, mas de todos os envolvidos nas pautas de discussão e nos levantamentos de lacunas sociais ainda não solucionadas.

O assessor do primeiro caso atua principalmente através do conhecimento e das técnicas, sendo detentor da palavra e de decisões maiores; aquele, retratado no segundo caso, se caracteriza pela experiência com o outro e pela consequente compreensão da realidade em que ele se insere, proporcionando-lhe autonomia e liberdade de expressão. Segundo Marques (2011), as trocas vivenciadas em uma comunidade política configuram-se não só pela exposição racional de argumentos vislumbrando a solução de problemas coletivos, “mas também pela tensão entre o próximo e o distante, o familiar e o estranho, o próprio e o impróprio.” (MARQUES, 2011 p.4).

A assessoria de caráter formadora, de que estamos tratando, deve criar condições de diálogo junto à educação de maneira igualitária e formadora, tendo como seu maior pilar o senso crítico, contando com o auxílio das garantias institucionais de representação, de que o profissional deve ter domínio, transmitindo de maneira clara e simplificada para seus assessorados, dando-lhes autonomia de buscar seus direitos e conhecer profundamente seus deveres.

Então, nesse processo que se configura de forma circular e cumulativa, a assessoria cria condições, com o auxílio da educação e das garantias institucionais de representação, garantidas pelo governo através da deliberação, para a existência do diálogo. Esse diálogo, por sua vez, cria possibilidades para que os agentes facilitadores possam promover mudanças efetivas na esfera pública de fato, no processo decisório e na formulação das normas.

Como prática dialógica, a assessoria política deve basear-se na colaboração e não na conquista; na problematização da realidade, não na sua mitificação; na união dos oprimidos entre si, não na sua divisão; na ação em torno da práxis libertadora no lugar de uma práxis opressora; na organização das massas, não em sua manipulação através da detenção do conhecimento, caracterizado como uma superioridade.

Freire (1987) afirma que, para o educador humanista, a incidência da ação é a realidade a ser transformada por ele e com os outros homens, e não transformar estes outros homens. Quem atua sobre os homens para doutriná-los e adaptá-los à realidade são os dominadores, e segundo ele, muitas lideranças revolucionárias caem lamentavelmente neste paradigma.

Acercam-se das massas camponesas ou urbanas com projetos que podem corresponder à sua visão do mundo, mas não necessariamente à do povo. Esquecem-se de que seu objetivo fundamental é lutar com o povo pela recuperação da humanidade roubada e não conquistar o povo. Este verbo não deve caber na sua linguagem, mas na do dominador. Ao revolucionário, cabe libertar e libertar-se com o povo, não conquistar. (FREIRE, 1987, p.48).

Segundo ele, não se pode esperar resultados positivos de um programa educativo no sentido técnico ou no sentido de ação política, a não ser por ingenuidade, se se desprezitar a visão particular de mundo que o povo tenha ou esteja tendo. Isso se constituiria em uma espécie de “invasão cultural” mesmo quando feita com a melhor das intenções.

Deve-se considerar também que a assessoria detentora de um caráter formador precisa configurar-se como um processo de tradução conforme a compreensão do termo de Santos (2007).

A tradução é um processo intercultural, inter-social. Utilizamos uma metáfora transgressora da tradução linguística: é traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros, é buscar inteligibilidade sem “canibalização”, sem homogeneização. Nesse sentido, trata-se de fazer tradução ao revés da tradução linguística. Tentar saber o que há de comum entre um movimento de mulheres e um movimento indígena, entre um movimento indígena e outro de afrodes-

centes, entre este último e um movimento urbano ou camponês, entre um movimento camponês da África e um da Ásia, onde estão as distinções e as semelhanças. Por quê? Porque é preciso criar inteligibilidade sem destruir a diversidade. (SANTOS, 2007 p.40).

Sendo assim, estão envolvidas nesse processo de tradução questões cruciais para os objetivos desta assessoria proposta, envolvendo então a troca de saberes, da tradução de práticas e sujeitos, sem homogeneização, preservando a diversidade social.

Portanto, considerando o que foi discutido, o modelo de análise constituído tem os seguintes elementos: viabilizar um maior acesso às políticas públicas elaboradas para a população, mas que ainda necessitam do interesse e da busca do cidadão para tal; viabilizar o acesso à informação e ao conhecimento dos caminhos que deverão ser adotados para resolução de problemas; e possibilitar uma maior acessibilidade do cidadão aos seus direitos. Portanto, o assessor, como tradutor destas possibilidades, munido da compreensão de seu papel de educador e facilitador, poderá auxiliar a sociedade nesta busca por melhores condições de acesso e poder de decisão dentro de arenas formais e participativas, nas quais a voz da população deverá prevalecer. Compreendendo seu caráter formador e a troca dialógica de saberes, necessários para a construção social na esfera participativa, este agente poderá promover uma tradução e não intervenção na sociedade, gerando um ambiente igualitário de conhecimento e potencial dos sujeitos envolvidos.

4. CONCLUSÃO

Através da revisão de literatura apresentada por autores de diferentes áreas do conhecimento, que defendem a humanização do profissional que se propõe a traduzir e mediar os debates na esfera pública e participativa, evidencia-se como principal resultado de seu modelo de análise a necessidade de uma superação do paradigma de uma assessoria que tenha um caráter puramente técnico, voltado para a maximização dos lucros e resultados, propondo-se aqui uma concepção de assessoria, a qual chamamos de reflexiva, protagonizada por um profissional, um agente público, uma instituição ou grupo, que seja constituída por princípios voltados para a formação dos indivíduos, buscando sempre estimular o questionamento e o olhar crítico de seus assessorados, rejeitando a mera proposta tecnicista de entrega de respostas prontas ou de produtos finalizados.

O profissional que assessoria deve ter capacidade de promover uma construção conjunta do conhecimento, assim como uma ação dialógica que desenvolva uma desierarquização dos ambientes participativos e um incentivo ao debate em busca não só de respostas, mas de questionamentos.

Este assessor deverá ter o gesto da tradução, lançando mão de monopolizar o diálogo, agindo como um mediador entre instituições e sociedade, estimulando a explicitação dos conflitos nas experiências comunicativas coletivas possibilitadas pela participação nos espaços formais, lidando com a diferença e com o dissenso sem a imposição consensual ou instrumental-pacificadora que mascara o real sentido da atuação deste agente.

A construção deste modelo de análise constitui uma relevante contribuição para a discussão a respeito do tema. Contudo, faz-se necessária a aplicação deste modelo na prática de grupos deliberativos para observar seus resultados, diferenciando-o dos modelos de assessoria que se deseja ultrapassar, para captar eventuais fragilidades e complementações necessárias. Desta maneira, este trabalho deixa em aberto uma agenda de pesquisa com várias possibilidades de abordagem teórica e prática sobre a assessoria com caráter formador.

Conclui-se, portanto, que esta proposta de assessoria de caráter formador e reflexivo tende a intensificar o acesso de sujeitos segregados do ambiente político-decisório às arenas formais de participação que por si só não se tornam atrativas ao envolvimento dos cidadãos. Necessário se faz a atuação deste agente tradutor que busca equalizar a normatização de forma a não prejudicar o debate e o acesso à informação e à troca de conhecimentos. Para tal ação, é essencial o poder de fala dos sujeitos, independentemente da formalidade em que ele esteja inserido. Ao campo de atuação do profissional de secretariado executivo que atua constantemente com mediações e processos comunicativos, este conceito de assessoramento vem trazer à tona uma nova concepção das atividades a serem desempenhadas por este ator nos cenários de diálogo coletivo.

Enfim, ao nos ambientarmos como uma sociedade constituída pela segregação de indivíduos tidos como subcidadãos, detentora de tão grandes desigualdades sociais, culturais e políticas, como aquelas em que estamos inseridos, a atuação do assessor, que busca atuar com um olhar humanizado e reflexivo, adquire aspectos delicados que necessitam do profissional um constante questionamento sobre suas posturas, ações e falas perante estas esferas de comunicação, e a reflexão se elas promovem a inclusão ou exclusão social dentro dos moldes de participação propostos pelo Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Ilza A. L. de. Conselhos de Desenvolvimento Rural: um espaço adequado para pensar o desenvolvimento local? In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M.K.; MARQUES, P.E.M. (organizadores). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo,

- revisão técnica: Adriano Correia. 11ª edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2010.
- BÍSCOLI, F. R. V. ; LOTTE . Reflexões teóricas sobre a importância da comunicação na profissão de Secretariado Executivo. *Revista Expectativa*, v. 5, p. 157-172, 2006.
- BRAVO, Maria I. S.; MATOS, Maurício C.(organizadores). *Assessoria, Consultoria e Serviço Social*. São Paulo. Cortez, 2010.
- COELHO, France Maria Gontijo. *A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos*. Viçosa: Ed. UFV, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 12ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- MARQUES, Ângela C. S. Relações entre comunicação, estética e política: tensões entre as abordagens de Habermas e Rancière. *Revista Compolítica*, n. 2, vol. 1, ed. set-out, ano 2011.
- MATOS, Maurílio Castro . Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica. In: ABEPSS; CFESS. (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. 1ed. Brasília: ABEPSS/CFESS, 2009, v. 01, p. 001-760.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. Tradução Mouzar Benedito. – São Paulo : Boitempo, 2007.
- SCHUMACHER, A. J.; PORTELA, K. C. A. & PEREIRA, S. A. (2010). O profissional de secretariado executivo no mercado de consultoria organizacional. I Encontro Nacional de Secretariado Executivo. *Anais*. Toledo: Unioeste.
- VASCONCELOS, Ana Maria. Relação Teoria/Prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 56, São Paulo: Cortez, 1998.

Recebido em: 20/06/2015

Aceito em: 30/06/2015